

Cerco aos lava a jato ilegais

JOÃO CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

Os lava a jato nos estacionamentos das quadras comerciais do Sudoeste são o retrato da irregularidade. Problema antigo na região, muitos deles roubam água e energia públicas, abusam do desperdício e utilizam produtos químicos que agredem o meio ambiente. A reportagem do Correio percorreu as quadras 100 e 300 do bairro e descobriu que a atividade conta com o apoio de alguns comerciantes, por meio da venda ilegal de água. A Agência de Fiscalização do GDF (Agefis) promete nova operação para retirar os lavadores até o fim de outubro. Desta vez, condomínios que colaboram com a atividade também serão multados. A administração local busca soluções para regularizar a situação dos lavadores, que já expandem o negócio para outros locais, como a Asa Norte.

Praticamente todos os estacionamentos comerciais da avenida que corta o Sudoeste têm um lava a jato irregular. Segundo levantamento da administração, são cerca de 30 pontos. Cada um com três funcionários, em média. “Explorar atividade econômica em área pública, sem autorização, é proibido por lei”, afirmou o diretor adjunto da Agefis, Georgeano Trigueiro. As kombis com a aparelhagem de limpeza estacionam, fazem um “gato” na fiação elétrica para roubar energia e negociam a compra de água com os comerciantes. “A gente conversa com o dono da loja e paga a conta dele”, revelou um lavador da Quadra 105, que preferiu não se identificar. Basta uma volta pela avenida comercial para constatar que o repasse ilegal do líquido ocorre em vários pontos. A Companhia de Saneamento do DF (Ceasb) informou que a venda de água a terceiros é proibida e sujeita à multa de R\$ 850,80.

Crime ambiental

Por dia, cada kombi consome uma média de mil litros de água. Os produtos químicos usados na limpeza escorrem pelo asfalto e ganham as redes de águas pluviais, que caem diretamente no Lago Paranoá e em outros leitos d’água do DF. “É um atividade totalmente irregular. Temos casos de roubo de energia pública, além do crime ambiental, como a poluição de mananciais”, afirmou o administrador do Sudoeste, Nilo Cerqueira. O vice-presidente da Associação dos Lavadores e Higienização de Veículos Automotores, Emerson da Costa, 33 anos, reconhece o problema. “Tentamos nos organizar para ficar em acordo com a lei. Compramos geradores para os 22 associados e proibimos a negociação de água. Mas infelizmente nem todos cumprem”, admitiu ele, responsável por um ponto na Quadra 304.

Iano Andrade/CB/DA Press - 1/10/08



CADA KOMBI CONSUME, EM MÉDIA, MIL LITROS DE ÁGUA POR DIA: DESPERDÍCIO E OCUPAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA

Com o apoio da população — que busca a praticidade do serviço ao lado de casa —, a ação limitada dos fiscais e a falta de iniciativa do governo para regularizar o trabalho, os lava a jato encontram caminho livre para expandir os negócios. Pouco a pouco ganham outras cidades do DF, como flagrado pelo

Correio nos estacionamentos das quadras 110 e 205 da Asa Norte. O sistema de trabalho é o mesmo: furto de energia e compra ilegal de água de comerciantes. A moradora da Quadra 104 do Sudoeste, Valéria dos Santos, 38, não vê problema na atividade. “Conheço diversas pessoas que lavam o carro aqui.

Enquanto malho, aproveito o serviço”, contou. O preço varia de R\$ 15 a R\$ 25, de acordo com a localidade e o tamanho do veículo. Há lavadores que chegam a acumular R\$ 5 mil por mês. “Nós não queremos sair. É aqui que ganhamos nosso pão”, disse, sem revelar o nome, um lavador da Quadra 105.

Fiscalização não resolve

Em 2008, a Agefis realizou quatro operações para reprimir os lava a jato irregulares no Sudoeste. A última delas há um mês. Três dias depois da ação, as ruas estavam novamente tomadas. O diretor adjunto da agência argumentou que parte da ineficiência das ações se deve a um esquema de comunicação entre os lavadores. “Eles se telefonam e informam que os fiscais estão na área. Além disso, precisamos que os moradores parem de procurar o serviço e os comerciantes não repassem a água”, afirmou Georgeano Trigueiro.

O administrador do Sudoeste aposta no diálogo para solucionar o problema, que já dura mais de uma década. Nilo Cerqueira explica que a regularização da profissão é prevista pela Lei Federal nº 6242/75 e que já solicitou o cadastro dos lavadores na Secretaria de Desenvolvimento Social do DF. “A situação não pode seguir como está. Precisamos providenciar o registro deles na administração e na Delegacia Regional do Trabalho (DRT)”, observou. A secretária Eliana Pedrosa afirmou que o levantamento da situação socioeconômica dos envolvidos teve início há 20 dias. “Vamos ver se há o interesse deles em fazer cursos de qualificação em outras áreas para o encaminhamento profissional”, contou ela, que deve montar um banco de cadastro em parceria com a DRT para garantir os direitos trabalhistas dos lavadores.

Alternativa

Uma das soluções pensadas pela administração e pela associação dos lavadores é a lavagem a seco. O método, usado em São Paulo e em países que enfrentam problemas com a falta de água, ajuda a reduzir o desperdício e a poluição ambiental. “É um projeto seguro e não compromete a qualidade”, garantiu Ricardo Ribeiro, 38 anos, lavador da Quadra 105. Nilo Cerqueira estuda um área para os lavadores — talvez o Setor de Oficinas — pois não há previsão de terreno para o serviço no plano de ordenamento do Sudoeste. “Estamos vendo a melhor forma. A situação não pode continuar como está.”

MEMÓRIA

Multas de até R\$ 21 mil

Em dezembro de 2007, como parte da série Brasília Legal, o Correio mostrou o crescimento do serviço irregular dos lava a jato, principalmente

nas quadras comerciais do Sudoeste. A reportagem detalhava o modo de ação dos lavadores, que usam água e energia elétrica públicas. Em 12 de abril de 2008, fiscais da Administração do Sudoeste recolheram o material de 10 pessoas que exploravam o serviço ilegal na região. Os lavadores

também foram multados em até R\$ 21 mil por agentes do Instituto Brasília Ambiental, pela poluição dos mananciais por meio do despejo de produtos químicos na rede de águas pluviais. Em maio, nova reportagem do Correio denunciou que os lava a jato irregulares seguiam em ação no Sudoeste.